



## **MEMÓRIA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA - 2021**

Aos nove dias do mês de abril de 2021, das 10 às 12 horas, realizou-se por via videoconferência a 39ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2021. Estavam presentes os representantes das seguintes instituições: Controladoria-Geral da União – CGU; Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Departamento da Polícia Federal – DPF; Ministério Público do Paraná – MPPR; Observatório Social do Brasil – OSB; Receita Federal do Brasil – RFB; Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF; Tribunal de Contas da União – TCU; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR; Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE/PR; e Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP. E, registrada a ausência de representantes do Ministério Público Federal – MPF; Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA; Ministério Público de Contas do Estado – MPC; Ministério Público do Trabalho – MPT; Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR; Advocacia-Geral da União – AGU; Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP. A sessão foi presidida pelo Coordenador Executivo, Maurício Kalache, e secretariada pela Controladoria-Geral do Estado.

**Maurício Kalache (MPPR)**, como Coordenador Executivo, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou e agradeceu a participação de todos os presentes. Preliminarmente, submeteu aos membros do Colegiado a aprovação da Ata da 38ª Reunião Ordinária, que teve anuência plena.

**Ney da Nóbrega Ribas (OSB)** fez um adendo, que fosse incluída na presente ata a apresentação do Plano de Integridade do Estado do Paraná, tendo em vista o programa de integridade E-Prevenção.

**Maurício Kalache (MPPR)** firmou o compromisso de incluir a apresentação solicitada nas próximas reuniões, a critério de disponibilidade da CGE/PR. Para adentrar no segundo tópico da ata: “Aprovação de Nota Técnica da Rede sobre controle da ordem de vacinação e observância dos Planos Nacional, Estadual e Municipais de Vacinação”, relatou sucintamente as ações da Comissão Especial da

Vacinação da COVID-19. Exemplificou algumas das inconsistências identificadas pela CGU no cruzamento de dados das pessoas vacinadas, bem com o filtro das que vem sendo realizado em conjunto entre a CGU, TCU, TCE/PR e MPPR. Informou que foi realizada reunião com o COSEMS para tratar da atual gestão da vacinação, considerando o momento de polarização política. Diante do exposto, colocou em pauta a aprovação da conveniência da Rede emitir uma nota técnica orientativa da gestão da vacinação, que foi aprovada.

**Luiz Gustavo Gomes Andrioli (TCU)** introduziu o programa de integridade E-Prevenção, que surgiu de uma ação da Rede de Mato Grosso do Sul com o intuito de prevenir ações de corrupção. Também, informou que o lançamento nacional foi adiado para 20 de maio de 2021 e pediu que cada Rede estadual realizasse a divulgação do referido programa. Por fim, explicou as fases envolvidas no processo, sendo a primeira o cadastro das entidades.

**Luciano Cassio de Souza (TCU)** informou a adesão do Estado do Paraná ao E-Prevenção e apresentou a página virtual do programa.

**Maurício Kalache (MPPR)** aproveita a reunião para externar a hesitação na área de consórcios públicos: finalidade, obrigações de monitoramento/acompanhamento, regime de contratação, entre outras. E, questionou se os membros do TCU e CGU poderiam auxiliar nesses apontamentos.

**Luciano Cassio de Souza (TCU)** comunicou que consórcios públicos será um dos temas a serem abordados no evento “Diálogo Público: o papel do gestor local no combate à pandemia COVID-19”, que ocorrerá em 19 de abril de 2021 das 10 h às 12 h. Compromete-se de encaminhar a divulgação do evento, assim que o cronograma estivesse definido. Além disso, informou que foram coletadas dúvidas e sugestões sobre consórcio público à Rede, recepcionando ao todo 15 perguntas: MPPR (8), TCE (4) e COSEMS (3).

**Hamilton Bonatto (PGE)** disse que conhece um especialista na área e que passaria o contato para a Rede.

**Rafael Ayres (TCE/PR)** relatou pontos críticos que devem ser apurados, como: consórcios inativos que permanecem com pendências de pessoas jurídicas.

Também, apontou a Associação dos Municípios como um canal interessante para tal ação.

**Maurício Kalache (MPPR)** continuou externando suas aflições em relação a consórcios públicos na área da contabilidade pública e de administração com a criação de cargos comissionados.

**Ney da Nóbrega Ribas (OSB)** aproveitou o tema em pauta para solicitar que fosse emitido nota técnica dos documentos necessários para a divulgação.

**Luiz Gustavo Gomes Andrioli (TCU)** apontou a polarização política como um dos obstáculos para as ações de controle. Adicionalmente, informou que o TCU emitirá em breve o 5º Relatório de Recomendações ao Ministério da Saúde, elencando 8 pontos falhos no processo de vacinação.

**Maurício Kalache (MPPR)** solicitou que fossem compartilhados os acórdãos com a Rede. Relatou um resumo das ações das comissões. Por fim, informou que está em andamento a criação de um local seguro para o compartilhamento de documentos entre os membros da Rede.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

<b>DELIBERAÇÕES</b>			
<b>nº</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável</b>	<b>Previsão</b>
1	Agendamento da apresentação do Plano de Integridade do Estado do Paraná.	CGE	-
2	Encaminhamento dos Acórdãos do TCU ao Ministério da Saúde.	Luiz	-